

# Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
19 de setembro de 2016 - Nº 524 - [www.sindipetrocaxias.org.br](http://www.sindipetrocaxias.org.br)



## Proposta da Petrobrás é afronta aos trabalhadores

A proposta para o Termo Aditivo do Acordo Coletivo que a Petrobrás apresentou nesta sexta-feira, 16, à FUP e aos seus sindicatos é uma afronta aos trabalhadores. Além de voltar atrás na implantação do ATS dos trabalhadores da Fafen-PR, descumprindo categoricamente o ACT 2015/2017 pactuado na mesa de negociação e aprovado pela categoria, a empresa apresenta proposta de congelamento do salário base, de redução de hora extra, de retirada do auxílio almoço, substituindo-o por tíquete refeição, entre outros absurdos.

O Conselho Deliberativo da FUP se reúne na segunda-feira, 19, para discutir os próximos passos desta campanha, que já começa com uma proposta de redução de direitos. “Nada vai garantir as nossas reivindicações, a manutenção do nosso

salário, se não for à luta. A FUP e seus sindicatos darão uma resposta dura”, avisa o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

### Termo de Ciência e Responsabilidade

Durante a reunião desta sexta-feira com a Petrobrás, a FUP protocolou termo de ciência e compromisso, cobrando da empresa o cumprimento integral de todos os padrões e procedimentos operacionais contidos nas Normas Regulamentadoras e em seus anexos, bem como os itens de Segurança Operacional da ANP. O documento destaca que “qualquer gestor da empresa que assediar, incitar ou persuadir qualquer empregado para o não cumprimento dos procedimentos, normas e padrões supracitados serão denunciados por violação do código de ética do Sistema Petrobrás e “serão responsabilizados

criminalmente por acidentes vindouros, decorrentes”.

### Principais pontos da proposta

- Reajuste de 4,97% na RMNR para os trabalhadores com remuneração até R\$ 9 mil e para quem ganha acima desse valor, aplicará um valor fixo de R\$ 447,30 na tabela da RMNR
- Reajuste de 4,97% da AMS e do Benefício Farmácia
- Substituir o auxílio alimentação por cartão refeição
- Reajuste de 4,97% da AMS e o Benefício Farmácia
- Redução da remuneração das horas extras de 100% para 50%
- Redução da jornada do administrativo de horário flexível, de 08h para 06h diárias, com redução de 25% da remuneração.

## PIDV é o início da privatização

O Sindicato já vem alertando que a privatização da Petrobrás começou com a redução do número de seus trabalhadores a fim de enfraquecer a resistência.

Esta estratégia do capital mais uma vez foi usada. O número de trabalhadores está caindo devido às saídas no PIDV. A empresa apresenta este programa como um investimento que se recupera em 8 meses, mas meramente do ponto de vista econômico.

Estão saindo os mais experientes e a gestão de conhecimento está se per-

dendo. Os trabalhadores que ficarem, vão estar expostos aos riscos do baixo efetivo, da falta de manutenção e do conflito de geração.

O resultado é previsível, vão acontecer muitos acidentes e acidentes graves. Diante disso o sindicato alerta: utilize o direito e recusa. Não trabalhe abaixo do Número Mínimo.

### Placar PIDV:

Segundo tabela apresentada pela Petrobrás na reunião do dia 16, o PIDV 2016 teve adesão de 11.736 empre-

gados, onde 2.473 empregados já se desligaram, e 9.263 empregados tem previsão de saída até julho de 2017.

Na REDUC, mais seis petroleiros estão agendados para homologar esta semana. Com isso, somam-se até o momento 82 petroleiros, sendo 46 são do Turno e 36 do HA.

### Do Regime de Turno já saíram:

- 36 Técnicos de Operação
- 6 Inspectores de Segurança
- 3 Técnicos de Segurança Industrial
- 1 Técnico de Enfermagem

## Eleição da CIPA REDUC

Está acontecendo até o dia 3 de outubro a eleição para a gestão 2016/2017 da CIPA – REDUC.

O Sindipetro Caxias apoia os candidatos Andressa Delbons e José Thiago Moreira. Cada trabalhador pode votar em até nove candidatos. Sendo que a CIPA é composta por

nove membros titulares eleitos e oito suplentes indicados pela empresa. Como é uma boa prática, todos os titulares e suplentes participam da gestão. O Objetivo é garantir a discussão sobre a prevenção de acidentes e o direito do empregado a um ambiente de trabalho seguro e saudável.



Andressa  
Delbons  
LP PL-I



José Thiago  
Moreira  
SMS SI

# Pressão da FUP impede votação do PL 4567 e dá novo fôlego à luta em defesa do Pré-Sal

Os diretores do Sindipetro Caxias Joacir Pedro e Paulo Cardoso, estiveram em Brasília no dia 13 de setembro acompanhando a Federação Única dos Petroleiros em mais uma batalha em defesa do Pré-Sal. Fortalecidas pela presença em massa dos petroleiros na Câmara dos Deputados Federais, as lideranças dos partidos que fazem oposição ao governo Temer conseguiram adiar a votação do Projeto de Lei 4567/16 para depois o início de outubro.

O adiamento da votação do PL foi garantido em reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), após os líderes da minoria - PT, PCdoB,



PDT, PSOL - concordarem em retirar a obstrução da votação de algumas Medidas Provisórias.

Para Cardoso é importante que a sociedade esteja mobilizada e consciente da importância da manutenção da Petrobrás como operadora única do Pré-Sal para o futuro do Brasil. “Este é o momento de irmos para as ruas e lutar pelo futuro do país”.

A expectativa da entrega do Pré-Sal é desanimadora para a população e para todos os Petroleiros. Segundo o coordenador nacional da FUP, Zé Maria, sem o Pré-Sal a Petrobrás acaba. Com o adiamento da votação, os petroleiros terão mais tempo para mobilizar a sociedade contra a entrega do petróleo às multinacionais. Uma batalha que vem sendo travada pela FUP e seus sindicatos desde março do ano passado, quando o então senador José Serra (PSDB/SP) deu entrada no PLS 131, cumprindo promessa feita à Chevron, de que mudaria as regras de exploração do Pré-Sal para entregá-lo de bandeja aos empresários estrangeiros.

## REDUC pode ser interdita por falta de segurança nos FORNOS

O sindicato levou ao conhecimento do fiscal do MTE a precariedade do sistema de segurança dos fornos da REDUC. Apesar da experiência de dezembro de 2014 com uma força tarefa de mais de 10 fiscais, que em 30 dias encontraram diversas irregularidades dos fornos em várias unidades, mais uma vez a política de banalização da segurança vem à tona na REDUC.

Em uma visita não programada na

U-1530 (Desparafinação do óleo) os dois fornos (H-5301 e H-5302) estavam com todos os pilotos e maçaricos contornados por motivos de manutenção do equipamento e falhas lógicas do sistema.

Outra vez, foi preciso o fiscal puxar a orelha do gerente para fazer seu trabalho direito. Até quando viveremos com esse apagão gerencial? Por mais que os trabalhadores se empenhem para

melhorar as condições de segurança, mesmo com acidentes e mortes na indústria, ainda vemos absurdos acontecendo na REDUC!

O sindicato irá solicitar a interdição de todos os fornos que operam sem Sistema de Segurança, sem sensores de chamas ou que estiverem contornados.

O MTE irá continuar a fiscalização na REDUC na próxima semana.

## MTE está preocupado com riscos da URE

O Sindipetro Caxias participou de mais uma reunião na REDUC no dia 12 de setembro com o fiscal do MTE e os gerentes de SMS da refinaria. Desta vez, para tratar das condições de segurança da URE, principalmente no tanque de enxofre líquido TQ-33002, onde o teto de concreto cedeu.

Na próxima semana, o Grupo de Trabalho formado para analisar as causas dessa ocorrência terá início e o sindicato vai estar presente para acompanhar o

processo.

A luta pela permanência da segurança aos trabalhadores não pode ser deixada de lado. O sindicato reforça o aviso aos companheiros e companheiras da refinaria para que usem o direito de recusa, estabelecido em nosso acordo coletivo:

Cláusula 135ª - Direito de Recusa

Quando o empregado, no exercício de suas atividades, fundamentado em seu treinamento e experiência, após tomar as medidas corretivas, tiver jus-

tificativa razoável para crer que a vida e/ou integridade física sua e/ou de seus colegas de trabalho e/ou as instalações e/ou meio ambiente se encontram em risco grave e iminente, poderá suspender a realização dessas atividades, comunicando imediatamente tal fato ao seu superior hierárquico, que após avaliar a situação e constatando a existência da condição de risco grave e iminente manterá a suspensão das atividades, até que venha a ser normalizada a referida situação.

# Sindicato garante melhorias emergenciais na URE

A incompetência dos gerentes da REDUC, somente se compara a própria arrogância. A gestão de mudança foi falha e deixou várias situações de risco que só foram resolvidas graças a intervenção do sindicato e do MTE.

Houve melhorias na passarela de andaime sobreposta ao tanque e a vedação da tampa de metal com o isolamento apropriado impedindo a entrada de água da chuva como a saída de gases.

As manobras na passarela passaram a ser realizadas com dois operadores. Esta regra está estabelecida na Análise de Risco e na gestão de mudanças para a segurança dos operadores, havendo algum impedimento por parte da gerência para sua aplicação. Usem sempre o direito de recusa e denunciem ao sindicato o assédio gerencial.

Graças a fiscalização do TEM, os gerentes foram obrigados a fazer seu trabalho e a reduzirem o prazo de troca da tampa do tanque por uma adequada

e permanente até dezembro de 2016. Antes o prazo era 2018.

Outra melhoria importante conquistada pelo Sindicato foi o treinamento dos operadores do HDT com as normas exigidas pelos fiscais do TEM e o monitoramento do H2S por aparelhos móveis, que será feita pela Higiene Ocupacional.

## Efetivo da URE

O Fiscal do MTE solicitou na reunião a apresentação do número mínimo de segurança de operadores nas unidades, porém a gerência de RH informou que ainda está em andamento o levantamento do número deste efetivo e que findará em dezembro em 2016. Eles se limitaram a informar a técnica de medição para se chegar a esse quantitativo.

O sindicato colocou que a empresa não quer a sua participação no levantamento e sequer demonstrou a metodologia a ser utilizada.

O que foi observado pelo Sindicato,

é que a técnica usada para a medição é primária e nem tem profissionais da área de produção. Simplesmente estão colocando um cronômetro na mão do supervisor e medindo as rotinas operacionais. O que gera um ambiente de constrangimento e de pressão patronal, sem consultar efetivamente ao trabalhador ou ao sindicato. A ausência de debate no processo mostra a fragilidade e a falta de confiança na categoria envolvida.

## Efetivo da REDUC está comprometido

O próprio fiscal do MTE criticou essa ausência do trabalhador e sua representação na construção do mapeamento real do número de efetivo para estabelecer a verdadeira segurança no controle dos processos na refinaria. O PIDV tirou mais de 35 operadores até agora da REDUC e sem nenhuma atuação efetiva da gerência para reposição do quadro de trabalhadores, criando um ambiente de total insegurança na refinaria.

## Seminário de qualificação de greve

Está marcado para o dia 24 de setembro, às 10h, o nosso seminário de qualificação de greve, na sede do Sindipetro Caxias. Será discutido pela categoria a atual conjuntura política, a

proposta da Petrobrás sobre o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017 e a modalidade de greve a ser defendida no seminário nacional de qualificação, que deve acontecer no início de outubro.

Petroleiros(as) da REDUC, UTE-GLB, TECAM, Regime Administrativo e Turno venham ao Sindicato participar deste debate. Esta será uma ótima oportunidade de contribuir para esta luta.

## Transpetro: mau pagadora

### Empresa acirra animosidade junto aos trabalhadores ao não pagar a RMNR

Após os trabalhadores concordarem com os cálculos da própria empresa, ela não cumpriu a determinação judicial de efetuar o pagamento aos trabalhadores. Em vez disso, preferiu ver o dinheiro ser bloqueado judicialmente sob a pena de multa. É desrespeito com o trabalhador e como o poder judiciário.

Os trabalhadores concordaram com os cálculos da empresa em assembleia requerendo assim a homologação. A juíza homologou os cálculos e intimou a empresa para pagar em 15 dias. No último dia do prazo a Transpetro protocolou uma petição afirmando que vários

trabalhadores tinham ação judicial e por isso não podiam receber. Houve má fé, visto que ela apresentou processos com períodos diferentes dos postulados na ação coletiva, inclusive processos já arquivados sem o julgamento do mérito. Ou seja, a empresa alega que o trabalhador que sequer tem ação individual em andamento tem que desistir para não receber nada, porque um dia teve ação de períodos diferente da coletiva. Como entender esse comportamento?

A juíza rejeitou tal pedido da Transpetro e deu mais 15 dias para efetuar os pagamentos. E novamente a empresa não pagou, tendo então o valor bloqueado de sua conta.

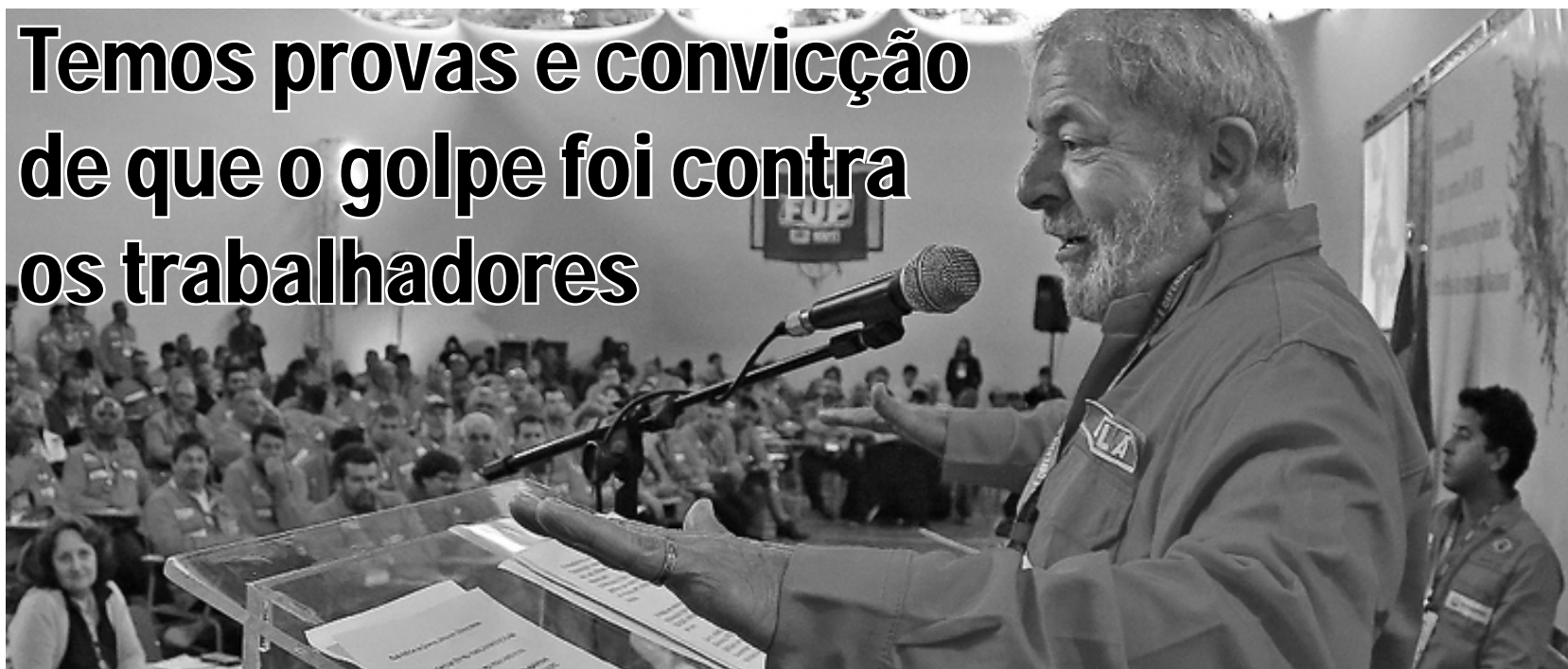
Depois do dinheiro bloqueado, a

Transpetro inacreditavelmente está embargando a decisão de pagar o próprio valor que ela apresentou.

O Jurídico está aguardando a decisão da juíza quanto aos embargos.

Segundo o diretor do Sindipetro Caxias, Paulo Cardoso, isso só reforça a tese da FUP de que o jurídico da Transpetro está se alinhando com o da Petrobrás em não cumprir com o acordado, tendo em vista o caso da Fafen-PR, pois até hoje aguarda implantação do ATS para os trabalhadores, e conclui, “Isto só reforça a má ambiência dos trabalhadores, que pode ser o motivo pelo qual os mais jovens estão interessados em sair da empresa, seja por PIDV seja por outro meio”.

# Temos provas e convicção de que o golpe foi contra os trabalhadores



Rotulado pelo Ministério Público Federal na denúncia realizada no dia 14 de setembro como “comandante máximo da propinocracia”, o ex-presidente Lula ainda ocupa um outro espaço no coração do povo brasileiro. Ele é para milhões e milhões de brasileiros, o presidente que dedicou mais atenção aos empobrecidos, com programas como o Fome Zero, o Bolsa-Família, o ProUni e tantos outros. Não por acaso, deixou o Palácio do Planalto com 80% de popularidade, um índice inédito. Esse é o medo dos grandes empresários e políticos corruptos do Brasil amigos de Cunha e Aécio Neves, que Lula volte em 2018, e volte fortalecido pelo povo.

O golpe foi dado para tirar o PT do governo, mas também porque as elites brasileiras não gostaram de terem perdido o controle do Estado nesses últimos 13 anos. Isto é, ver que a empregada doméstica tem direito de sair de férias e ainda consegue visitar a família viajando no mesmo avião que seu patrão, ou que os filhos do camelô da rua estão frequentando a mesma turma da universidade que os filhos do William Bonner e da Fátima Bernardes, incomodou e muito as classes mais ricas do país.

## **A burguesia brasileira jamais admitiu a CLT**

No mesmo dia em que assumiu definitivamente a Presidência da República, Michel Temer (PMDB) fez

pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV para defender a reforma da Previdência e mudanças na legislação trabalhista que, segundo ele, vai garantir a manutenção do emprego e a geração de novos postos de trabalho. Só que não.

O ataque aos direitos trabalhistas é a via que o empresariado brasileiro encontrou para preservar seus lucros em um cenário de grave crise econômica. O objetivo é flexibilizar a Consolidação das Leis do Trabalho, a partir principalmente dos acordos coletivos, para reduzir os custos dos empresários.

FGTS, férias, previdência social, 13º salário e licença-maternidade, entre outros, continuarão existindo obrigatoriamente, mas serão flexibilizados. Ou seja, as partes (empregadores e sindicatos da categoria) poderão negociar, por exemplo, o parcelamento do 13º e a redução do intervalo de almoço de uma para meia hora. As horas gastas no transporte que contam como jornada de trabalho — nos casos em que a empresa oferece a condução — também poderiam ser objeto de negociação.

Faz parte da proposta, ainda, a conclusão da votação do projeto que trata da terceirização pelo Congresso Nacional. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado ao Senado prevê a contratação de trabalhadores terceirizados nas chamadas atividades-fim das empresas, o que

hoje não é permitido.

O impeachment não foi um golpe contra a democracia. Foi um golpe contra os direitos dos trabalhadores.

## **Quem vai pagar o pato?**

O governo golpista de Michel Temer reúne o que há de mais conservador e retrógrado na política brasileira. Seu ministério foi montado para atender às pautas da Fiesp, dos banqueiros, latifundiários e entreguistas. Os direitos humanos e trabalhistas, assim como as políticas públicas de inclusão social e de distribuição de renda conquistadas com sacrifício nos últimos 13 anos estão sendo esmagada. O Pré-Sal e a Petrobrás, como vimos alertando, são o principal alvo dos entreguistas. Adivinhe quem vai pagar o pato?

O plano de governo de Michel Temer, que está sendo colocado em prática, é a volta ao passado de arrocho e cortes de direitos que a classe trabalhadora amargou no governo FHC.

Na Petrobrás, chegamos a ter reajuste zero e perdemos conquistas históricas, como o avanço de nível automático, a dobradinha, o ATS e vários outros direitos. Tentaram até realizar mudanças no Regime de Trabalho e impuseram diferenciações entre trabalhadores antigos e novos.

Todas as conquistas que a categoria teve nos últimos 13 anos estão na mira dos golpistas.

A conta do pato vai ser salgada, se não houver de novo resistência.